

Segundo Norma Ferreira (2002) os trabalhos de pesquisa denominados *estado da arte* constituem-se em inventários descritivos, cujo principal objetivo é o de criar um quadro panorâmico das pesquisas realizadas em torno de temas específicos. Aliás, a confecção de inventários desse gênero constitui um passo de fundamental importância para a reflexão acadêmica, uma vez que todo conhecimento científico ancora-se na produção anteriormente realizada, quer para reafirmar ou aprofundar abordagens, quer para lançar novos questionamentos sobre uma realidade parcialmente conhecida.

A realização desse tipo de pesquisa aponta para duas constatações, a primeira diz respeito ao crescimento da produção acadêmica no país, especialmente a partir da década de 1980 quando inúmeros cursos de pós-graduação foram abertos em todo o território nacional. Os trabalhos desenvolvidos por esses programas, a organização de seminários, congressos, associações de pesquisadores e revistas especializadas tem levado à necessidade de balanços periódicos sobre as pesquisas realizadas tanto em nível local quanto em âmbito nacional. Esses balanços delineiam os contornos dos campos de pesquisa, destacando as temáticas recorrentes, ou as metodologias usualmente empregadas para a discussão das diversas problemáticas.

Por outro lado, os inventários construídos pelos trabalhos de *estado da arte* também podem servir para destacar as lacunas ainda existentes, tanto em relação aos temas que não foram suficientemente abordados, como também acerca das metodologias e novas tendências epistemológicas. Nesse aspecto, os inventários servem particularmente para lançar à luz novas temáticas, reforçando o “mito do conhecimento inédito” que demarca, particularmente, os trabalhos desenvolvidos pelos programas de doutorados.

Porém, essas pesquisas não podem ser compreendidas apenas como um levantamento catalogal de trabalhos em curso ou já finalizados; encerram aspectos próprios que merecem ser levados em consideração, como a metodologia usada para a sistematização dos dados, a seleção e recortes dos trabalhos analisados, e ainda o estabelecimento de uma conexão entre o pesquisador, que arregimenta dados dispersos

em diferentes pesquisas, e a produção criativa e particular impressa em cada trabalho consultado.

Esse último aspecto toma uma dimensão especial nas palavras de Silvia Nóbrega-Therrien (2004), que ao comparar os trabalhos de *estado da arte*, *estado da questão* e *revisão de literatura* ressalta para a importância de cada uma dessas etapas de pesquisas, como pontos referenciais na construção dos objetos de estudos dos trabalhos acadêmicos.

Segundo a autora, mesmo em trabalhos de *estado da arte* que se propõem a fazer um mapeamento descritivo e bibliográfico, tendo em geral como fontes os resumos e catálogos de pesquisas, o estudante/pesquisador ultrapassa os limites da confecção de um mero inventário temático ou metodológico das pesquisas relacionadas. O mergulho em um processo de busca e crítica dos trabalhos consultados, também acaba por expressar o itinerário percorrido pelo pesquisador na sua construção analítica, revelando as dificuldades, avanços, recuos e descobertas intrínsecas aos trabalhos científicos.

O uso de resumos de artigos, dissertações, teses e catálogos, como fontes para a produção de *estados da arte*, por si coloca uma série de ponderações quanto às limitações que pode suscitar. Para Norma Ferreira (2002) as principais dificuldades consistem no fato de que os resumos muitas vezes não são transparentes ao delimitarem o objeto da pesquisa ou a metodologia empregada, provocando uma apreensão incompleta ou imprecisa acerca do conteúdo da pesquisa. Outro aspecto a ser considerado é o fato de que as instituições impõem padrões próprios para a redação, fazendo com que um mesmo trabalho acabe por ser resumido de diferentes formas.

Porém, a autora ancorando-se em Chartier toma os resumos como um gênero de discurso que contém seu sentido circunscrito às condições próprias de sua produção,

há uma maneira de ler os resumos a partir do suporte material que os abrigam (CD-ROM, catálogo impresso, resumo na própria tese), interrogando-os não só como textos, mas como objeto cultural. Um objeto cultural criado para satisfazer uma finalidade específica, para ser usado por certa comunidade de leitores; que propõe maneiras diferentes de lê-lo; que obedece a certas convenções, normas relativas ao gênero do discurso, ao suporte material em que se encontra inscrito e às condições específicas de produção. (FERREIRA, 2002, p. 267)

Dessa maneira, analisando os resumos de produções científicas ao longo do tempo é possível identificar os parâmetros que norteiam as pesquisas acerca de uma

temática específica, revelando os pontos de vista que podem ser complementares ou contrapostos no debate em torno de um mesmo objeto. Essa percepção torna visível o fato de que os conhecimentos científicos não evoluem de uma forma linear e progressiva, mas comporta contradições, inflexões, multiplicidade de apreensão; expressando não só os contextos histórico-culturais em que foram produzidos, mas também as várias posturas políticas, modo de pensar e agir em defesa de ideais e projetos individuais e coletivos. Assim, consultar os resumos na produção de pesquisas de *estado da arte* mobiliza uma série de idiossincrasias (políticas, sociais, culturais) tanto daqueles que produziram o texto, como de seus leitores/pesquisadores.

Quando nos deparamos com os resumos de trabalhos apresentados, desde 2003, no Grupo de Estudos e posteriormente no Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação (GT-23), da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped), essas características apresentaram-se de forma bastante evidente, o que enriqueceu substancialmente nossas análises e percepções quanto à forma como as questões de gênero e sexualidade vem sendo tratadas ao longo do tempo.

Guacira Louro, referindo-se aos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores ligados ao GT-23, afirma que

São muitas e distintas as formas que assumimos para lidar com essas questões; distintos são os modos de conceber o que cabe fazer diante de tal horizonte político. Um olhar mais acurado e perspicaz poderá nos mostrar que nossas distinções e particularidades começam, efetivamente, bem antes da questão do “que fazer”: para sermos sinceros, nós nem mesmo compreendemos de um modo único o que vem a ser gênero ou sexualidade. Mas essa diversidade, que pode, aos olhos de uns, parecer catastrófica, também pode, aos olhos de muitos, ser saudada como indicadora da vitalidade e da contemporaneidade dos campos teóricos e políticos a que nos dedicamos. Disputas em torno de conceitos, de correntes, de métodos e de estratégias são sugestivas de teorias vigorosas, moventes, vivas. Não se disputa aquilo que já está consagrado, quer dizer, aquilo que se tornou sagrado e que, em conseqüência, carece de animação, revelando-se, de algum modo, inanimado. Saudemos, então, nossas diferenças! Elas podem ser a fonte de nossa contínua renovação. (2006, p. 205)

No mesmo texto, a autora ainda ressalta para o fato de que as escolhas e decisões sobre as orientações metodológicas, seleção de fontes e delimitação do objeto de estudo, denotam mais do que práticas de pesquisa; deixam à mostra os posicionamentos

políticos, a forma de ver o mundo e posicionar-se frente os problemas sociais. Esse estar e fazer social e científico estão expressos na linguagem empregada na composição dos próprios textos, na disposição do autor em dialogar com seu leitor, ou nas afirmativas de suas concepções. É a pluralidade científica, a constante retomada de questionamentos, a quebra de valores e paradigmas que promove o processo criativo e crítico da produção acadêmica.

Dada a importância das escolhas metodológicas e por consequência a coleta e interpretação das fontes, propomos a seguir uma breve discussão sobre a pertinência do uso da História Oral (HO), nos trabalhos que abordam questões de gênero e sexualidade na Educação.

A História Oral como metodologia para o estudo de questões de gênero e sexualidade na escola

Toda pesquisa parte de um esforço em apresentar definições. Somos levados desde os primeiros momentos a estabelecer limites, parâmetros, procedimentos, especificações que sejam capazes de esclarecer os motivos que nos impulsionam a questionar uma faceta da vida social, e expor uma possível resposta a esse problema.

Da mesma forma, toda pesquisa é uma construção parcial e transitória - seus objetos de estudos, problematizações, narrativas e sínteses, estão sujeitos aos contextos históricos. Por isso, todo trabalho científico também consiste em um esforço de explicação aproximada, renovado cada vez que uma nova perspectiva de análise sugere uma maneira diferente de apreender a realidade.

Nesse incessante processo de reflexão vão sendo construídos os campos de pesquisa, áreas de interesses que aglutinam trabalhos voltados para uma mesma temática, e que acabam por eleger na realização de suas pesquisas, procedimentos bastante semelhantes.

Campos de pesquisas complexos como o proposto pelo GT-Gênero, Sexualidade e Educação, pela amplitude conceitual que propõe, e em função do espectro de objetos que abarca, vislumbram o uso de diferentes metodologias de pesquisa, dentre as quais destacamos a História Oral (HO) como foco de nossa atenção.

O uso da HO apresenta-se como um caminho bastante pertinente na realização de trabalhos que pretendam dar voz a grupos discriminados ou excluídos socialmente. Sustentada pela idéia de produção de fontes provenientes de entrevistas, ou depoimentos, essas pesquisas possibilitam que subjetividades venham à tona, revelando aspectos que em geral estão omissos em documentos escritos.

Apesar de seu conteúdo revolucionário, por valorizar as subjetividades contidas em todo processo de memorização/narração, a HO sofre uma forte oposição no meio acadêmico. Para Ricardo Santiago, essas críticas podem ser sintetizadas na desconfiança sobre a credibilidade acerca de informações oferecidas pelas fontes orais e mesmo pela “inexistência de um quadro conceitual reconhecido para além das barreiras da área” (2008, p.33).

Porém uma pesquisa de HO não pode ser considerada resultado de uma mera coletânea de depoimentos, é necessário lembrar de que há uma série de procedimentos que devem ser executados na realização desses trabalhos, visando dar consistência às análises dessas fontes. Assim, o historiador oral deve submeter suas fontes a uma crítica, tal como ocorre em qualquer outro trabalho sustentado por fontes documentais.

Nesse aspecto Ricardo Santiago vê no uso de depoimentos a possibilidade de apresentar aspectos imponderáveis, que não seriam percebidos em outras circunstâncias, redimensionando a importância do uso dessa metodologia,

Ainda que contribua com dados factuais retidos, a memória pode escolher, distorcer, esquecer. Manipula consciente e inconscientemente. Falha e fantasia. Sensações, medos, ansiedades, impulsos. Para a História Oral, nada disso é desvirtuamento, mas questão. Ela se importa com o passado imaginário, inventado das pessoas. O que elas acreditam é mais importante do que aquilo que de fato viveram. A pergunta essencial não é *há mentira?*, mas *por que há mentira?*. A subjetividade passa a ser, assim, objeto dos estudos em História. (2008, p.38. Grifos do autor)

Muitas pesquisas utilizam as entrevistas de forma ilustrativa, como complemento a análises que tem como sustentação fundamental as fontes documentais. Embora contenham entrevistas, quer estruturadas ou livres, esses trabalhos não podem ser vistos como frutos de uma metodologia específica. Há aqui uma inversão mesmo da percepção acerca da importância dos depoimentos para a consecução da pesquisa, uma vez que as falas dos entrevistados acabam sendo contrapostas a outras fontes documentais, a fim de comprovar-se uma verdade ou uma verificabilidade de fatos.

Assim, as subjetividades e as idiosincrasias que caracterizam o lembrar/narrar um passado perdem parte de sua significação. A teia que liga a vida de cada um aos processos históricos e culturais mais amplos, deixa de ser balizada pelas representações e simbologias que marcaram e definem a memória pessoal/coletiva/histórica de cada entrevistado; antes, deslocam-se para outros níveis de análise.

As pesquisas em HO remetem à necessidade de construção de um projeto próprio, que especifique todas as etapas e objetivos que se pretende alcançar, esclarecendo aspectos particulares sobre as formas como deverão proceder na coleta das entrevistas e definições das redes de depoentes. As narrativas daí resultante devem ainda respeitar as subjetividades, desvios e incorreções existentes nessas entrevistas, sem, no entanto, ignorar as conexões de caráter mais amplo que ligam o passado de cada um ao desenrolar histórico.

Talvez essas circunstâncias e a própria resistência da academia a esse tipo de trabalho, sejam fatores limitadores do uso da HO enquanto metodologia de pesquisa no tratamento de questões de gênero, sexualidade e educação debatidos no GT-23 da Anped, como veremos posteriormente.

Conceituando gênero e sexualidade

Apontar questionamentos acerca das relações de gênero na escola é algo recente, uma vez que a própria definição desse conceito ainda é pouco compreendida no interior da sociedade. O gênero aparece no inconsciente coletivo como representação das diferenças biológicas que demarcam os sexos masculino e feminino.

Porém, as características físicas relacionadas aos sexos, não comportam a complexidade e amplitude dessa problemática, é preciso que se atribua a esse debate uma temporalidade histórica, capaz de revelar como os discursos sobre as questões de gênero e da própria sexualidade se legitimaram ao longo do tempo, traçando convenções ou fronteiras em cada contexto social.

Tratando da conceituação de gênero, Joan Scott em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, demonstra as várias concepções que vem sendo mobilizadas na sua definição. Nas palavras de Joan Scott

Os/as historiadores/as feministas têm empregado uma variedade de abordagens na análise do gênero, mas essas podem ser resumidas a três posições teóricas. A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (object-relation theories), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (1990, p.77)

Ao comparar as tendências descritas acima, chegamos à conclusão que elas não são necessariamente excludentes; é possível estabelecer nexos entre as diversas concepções, compreendendo o conceito de gênero em sua dimensão dialogal, de tal forma que diferentes áreas das ciências sociais, possam contribuir para a sua definição. Tanto a construção histórica do conceito, quanto os fatores sócio-econômicos que lhes são incidentes, e outros aspectos como os psicológicos devem ser levados em consideração, tornando as fronteiras entre essas abordagens permeáveis, enriquecendo e amplificando as significações dessa conceituação.

Da mesma forma, a utilização dos conceitos de gênero e sexualidade não devem restringir-se às explicações exclusivamente culturalistas. A vida social é forjada no embate (político/social/econômico/cultural) de indivíduos, que estabelecem com seus grupos sociais e consigo próprios uma relação ora de (re)conhecimento e aceitação, ora de contestação. Portanto os conceitos de gênero e sexualidade podem ser compreendidos como mediadores no debate acerca das práticas e representações que definem o ser e estar social.

Todas as relações sociais, inclusive as institucionalizadas, estão delineadas por questões de gênero e sexualidade, assim, ao discutir os papéis sociais que homens e mulheres assumem, ou as diversas manifestações da sexualidade, é possível reconhecer os lugares sociais ocupados por esses sujeitos explicitando, dessa maneira, suas ações e posicionamentos políticos como fatores de construção e controle das representações e valores culturais e sociais de uma época.

Para Anthony Guiddens (1993) “a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontramos ou não uma liberação direta”. Essa percepção de que as

sexualidades e suas manifestações são construídas socialmente, aponta para o fato de que comportamentos e representações imprimem nos corpos marcas dos valores culturais/políticos/econômicos e sociais de cada momento histórico.

Ainda reportando-se a Foucault, Anthony Guiddens afirma que “a invenção da sexualidade foi parte de alguns processos distintos envolvidos na formação e consolidação das instituições sociais modernas”, portanto, a sexualidade e o corpo confundem-se em todas as instancias sociais, inclusive na educação.

Desde década de 1970, especialmente em função do fortalecimento do movimento feminista no Brasil, as questões de gênero passaram a ser abordadas mais intensamente em trabalhos acadêmicos. Dentre as várias temáticas dessas pesquisas destacam-se as relacionadas às conquistas femininas, como o direito à escolarização e à profissionalização.

Nesses trabalhos as questões de gênero e sexualidade revelaram que apesar de aparentemente negadas, elas sempre ocuparam um lugar de destaque na sociedade e nos pensamentos das nossas elites conservadoras.

Inicialmente, muitos trabalhos centravam-se na discussão dos espaços destinados às mulheres no sistema educacional, tanto na condição de educandas como de educadoras. Porém, à medida que os debates avançaram e amadureceram, novas temáticas foram incorporadas renovando não apenas o campo de pesquisa, como também construindo novas abordagens e metodologias.

A sexualidade dos jovens, as relações entre sexualidade e violência, temas como a gravidez de adolescentes, o impacto da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis para a vida dos jovens, são alguns dos temas que hoje despertam o interesse dos pesquisadores. Esse trabalho criativo e em constante renovação deixa claro que o debate sobre gênero e sexualidade permanece como fundamental para o processo de reflexão e transformação social tão desejados.

Embora breve, essa explanação teve o objetivo de introduzir algumas considerações que fizemos ao realizarmos o levantamento de dados sobre os trabalhos apresentados no GT-23 Gênero, Sexualidade e Educação, da Anped. Nossa intenção é principalmente verificar como o uso de técnicas e de metodologias de História Oral foram ou estão sendo incorporadas pelos pesquisadores ligados a esse grupo de estudos.

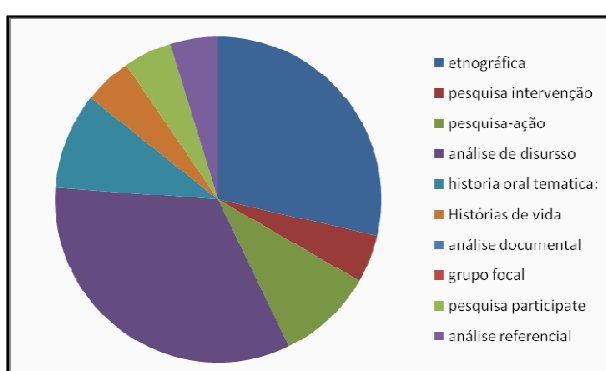
A História Oral nos trabalhos do GT-23 Gênero, Sexualidade e Educação, da Anped.

Muitos pesquisadores se utilizam de entrevistas para a construção de seus trabalhos, porém, o uso de depoimentos não transforma essas pesquisas em exercícios metodológicos próprios da História Oral. Para Meihy (2007, p. 33) “um dos pontos basilares da distinção entre história oral e entrevistas convencionais reside exatamente na especificação dos critérios de captação das narrativas segundo os termos estabelecidos nos projetos. É aí que entra a primeira variação entre entrevistas convencionais e de história oral”.

Por outro lado, a História Oral é comumente associada apenas às pesquisas de histórias de vida, porém Meihy aponta para dois gêneros de pesquisas da História Oral – história oral temática e tradição oral. Nos trabalhos do GT-23, muitos pesquisadores utilizando metodologias etnográficas acabam por realizar entrevistas como meio de obterem fontes, porém nesses trabalhos os depoimentos tem um caráter ilustrativo, não formando seu *copus* metodológico.

Ao realizarmos o levantamento de dados do GT-23, percebemos que dos 92 trabalhos apresentados, desde 2004 quando ocorreu a 27ª Reunião Anual da Anped, apenas 10 tiveram como orientação metodológica a História Oral, ou seja 10,8% dos trabalhos. Nas pesquisas analisadas predominaram as de orientação etnográfica, onde os depoimentos, embora relevantes, figuram apenas como complementação ou evidenciavam um argumento levantado pelo autor.

Poucos são os trabalhos que explicitaram, no resumo ou no próprio corpo do artigo, a metodologia utilizada, ou os caminhos percorridos na realização da pesquisa, o que dificultou em alguns casos, sua caracterização metodológica com precisão. Mesmo assim, procedemos a uma classificação, para percebermos os tipos de trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores ligados ao GT. Abaixo apresentamos um gráfico que reúne os dados gerais dessas pesquisas, tendo por base as metodologias utilizadas.



Ressaltando ainda que por se tratar de um grupo de trabalho que problematiza gênero, sexualidade e educação, categorias que envolvem uma intensa subjetividade, a História Oral pode ser utilizada com metodologia capaz de destacar aspectos muito particulares das relações estabelecidas entre os indivíduos e suas realidades sociais. Nesse sentido, ao dar voz aos sujeitos sociais, aspectos que geralmente são omitidos, marginalizados ou esquecidos pela história oficial, vêm à tona, revelando a amplitude e complexidade do estar e fazer social. Segundo THOMPSON (2002, p.174) "uma das mais profundas lições de vida da história oral é a singularidade, tanto quanto a representatividade de cada história de vida".

Outro aspecto que podemos constatar nessa análise é que 7 (sete) trabalhos desenvolveram História Oral Temática, porém nesses trabalhos não estava explícita a escolha dessa orientação metodológica. Assim, fomos nós que concluímos que se tratavam de pesquisas de História Oral Temática pelo fato de que as entrevistas consistiam o instrumento fundamental para a compreensão da realidade pesquisada. No entanto, nos 3 (três) trabalhos que tratavam de Histórias de Vida, mesmo que a metodologia não fosse apresentada no resumo, era explicitada no interior do trabalho. Esse fato nos leva a refletir sobre a associação que é geralmente feita entre História Oral e História de Vida, e entre entrevistas e pesquisas etnográficas.

Um aspecto interessante diz respeito ao fato de que um número considerável dos trabalhos, no campo da história oral, voltar-se ao estudo dos papéis desempenhados pelos pedagogos, ou seja, um grupo que se mantinha marginalizado em meio ao universo feminino educacional do ensino fundamental. Essa condição marginal é determinada pelo fato de que apesar de terem a mesma formação universitária das mulheres, na área da pedagogia, poucos permanecem na função estrita do magistério. Em geral, os professores acabam ocupando cargos administrativos, o que reforça o aspecto de domínio de poder no interior da escola.

A possibilidade de emergir do interior educacional sujeitos cuja representação e densidade são consideradas pouco relevantes à história oficial, foi alavancada pela Nova História Cultural, cuja importância Chartier (1990, p. 17) aponta que "as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por

elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas".

Por fim, uma última observação que chama a atenção diz respeito às referências bibliográficas que raramente apontam para indicação de livros de abordagem metodológica. Os trabalhos de História Oral enquadra-se no campo da Nova História Cultural, sendo os principais autores citados são Certeau, Chartier e Foucault, além de autores que tratam especificamente de questões de gênero e sexualidade, nesse caso a autora mais citada é Guacira Lopes Louro.

Conclusão

Ao realizar esse *estado da arte* sobre o uso da História Oral nas pesquisas apresentadas no GT-23 da ANPED, pudemos observar que são poucos os trabalhos que se utilizam dessa metodologia para explorar o universo referente às relações existentes entre gênero, sexualidade e educação. A educação é aqui compreendida em um parâmetro amplo, não estando necessariamente relacionada ao universo escolar.

A maioria das pesquisas apresentadas no GT elegeram a etnografia como percurso para a construção de suas análises, demonstrando a necessidade de se recorrer a uma gama variadas de fontes e instrumentos de observação para a compreensão desse complexo universo temático. Por outro lado, aqueles trabalhos que se utilizaram da História Oral puderam trazer à tona subjetividade que geralmente não estão presentes nos resultados apresentados por pesquisas de caráter mais estruturalista, ou que enfatizem aspectos econômicos e sociais em suas conclusões.

A História Oral tem vivido recentemente um grande fortalecimento, e comumente está associada às Histórias de Vida, porém também podem se prestar de forma bastante adequada para o debate de aspectos específicos de uma dada realidade, como acontece na História Oral Temática, explorando através do confronto de diferentes depoimentos como um fato é apreendido e vivenciado pelos agentes sociais.

Dentre os trabalhos de História Oral presentes nesse GT, foram poucos os que explicitaram em seus resumos, ou no próprio corpo dos artigos, a metodologia utilizada, sendo por vezes, sua caracterização percebida ao acompanharmos os procedimentos utilizados na execução das pesquisas. Esse fato pode demonstrar que os pesquisadores

não dão a devida importância em explicitar nos artigos, os caminhos percorridos durante a pesquisa para a construção das análises, o que prejudica o amadurecimento de debates metodológicos de uma forma geral.

As bibliografias também revelam por um lado que aspectos metodológicos, próprios das pesquisas científicas, não ficam evidentes nos artigos publicados nos eventos e revistas; por outro há uma certa recorrência a autores ligados à chamada Nova História Cultural e a Foucault, que trabalha, entre outros aspectos que as discussões sobre as relações de gênero e sexualidade estão imbricados às questões de poder. Embora esse estado da arte tenha um caráter introdutório, tendo em vista que voltou-se ao debate das questões relacionadas ao uso da História Oral presentes nos trabalhos do GT-23, foi importante para revelar a riqueza das pesquisas apresentadas nesse grupo, assim como a importância dessas questões para a apreensão mais crítica e transformadora da realidade educacional brasileira.

Referências

CHARTIER, Róger. tradução: Maria Manuela Galhardo. *A História cultural*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil S.A., 1988

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, n. 79, p. 257-272, Ago, 2002.

GUIDDENS, Anthony. Tradução: Magda Lopes. *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo. Unesp, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, Dec. 2007. p. 201-218.

MEIHY, José Carlos Sebe B. & HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007

NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. *Estudos em Avaliação Educacional*. v. 15, n. 30, jul-dez. 2004.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. *Saeculum – Revista de História*. V. 18, João Pessoa, jan/jun. 2008

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, v.15, n. 2, jul/dez 1990.